



CONEPA
CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES
E PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Lucas Pereira da Silva
Mestrando em Administração Pública
Universidade Federal do Oeste do Pará
silvalucas5619@gmail.com

Ayrton Tarelly Silva de Aguiar
Mestrando em Administração Pública
Universidade Federal do Oeste do Pará
tarellyaguiar@hotmail.com

Andréa Simone Rente Leão
Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Universidade Federal do Oeste do Pará
andrea.leao@ufopa.edu.br

ISSN: 2764-7226

Resumo

A avaliação de políticas públicas tem ganhado crescente relevância nos debates sobre gestão pública eficiente tanto na esfera acadêmica quanto na administração pública brasileira. Este artigo tem como objetivo identificar os principais conceitos e desafios relacionados à avaliação de políticas públicas no Brasil, com base em uma revisão bibliográfica da literatura especializada. O estudo parte do reconhecimento de que a avaliação é uma etapa essencial do ciclo das políticas públicas, contribuindo para o aprimoramento da ação estatal e para a efetividade das intervenções governamentais. A metodologia adotada consistiu em uma revisão narrativa, reunindo contribuições de autores clássicos e contemporâneos que abordam aspectos conceituais, metodológicos e institucionais da avaliação. Os resultados evidenciam que a avaliação enfrenta entraves significativos, como a ausência de critérios e indicadores bem definidos, a fragmentação do processo avaliativo e a falta de uma cultura institucional voltada à avaliação. Além disso, destaca-se a resistência política à utilização dos resultados das avaliações como subsídio à tomada de decisão. Conclui-se que, para além das limitações técnicas, a consolidação da avaliação de políticas públicas como prática estratégica requer mudanças institucionais e culturais, bem como maior integração entre os atores envolvidos e compromisso com a transparência e a melhoria contínua das políticas públicas.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas. Gestão Pública. Desafios Institucionais. Ciclo de Políticas.

Abstract

The evaluation of public policies has gained increasing relevance in debates on efficient public management both in the academic sphere and in Brazilian public administration. This article aims to identify the main concepts and challenges related to the evaluation of public policies in Brazil, based on a bibliographic review of specialized literature. The study acknowledges that evaluation is an essential stage in the public policy cycle, contributing to the improvement of state action and the effectiveness of government interventions. The adopted methodology consisted of a narrative review, gathering contributions from classical and contemporary authors who address conceptual, methodological, and institutional aspects of evaluation. The results show that evaluation faces significant barriers, such as the lack of well-defined criteria and indicators, the fragmentation of the evaluation process, and the absence of an institutional culture focused on assessment. Furthermore, there is political resistance to the use of evaluation results as input for decision-making. The study concludes that, beyond technical limitations, the consolidation of public policy evaluation as a strategic practice requires institutional and cultural changes, as well as greater integration among stakeholders and a commitment to transparency and continuous improvement of public policies.

Keywords: Public Policy Evaluation. Public Management. Institutional Challenges. Policy Cycle.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas constituem um campo central da ação governamental, representando um conjunto de decisões e ações voltadas à solução de problemas que afetam a coletividade. Elas são definidas como o curso de ação adotado pelo governo, ou em parceria com outros atores sociais, para responder a demandas sociais, promover direitos e melhorar o bem-estar da população (Souza, 2006; Souza, 2002).

Nesse sentido, as políticas públicas não se resumem apenas à criação de leis ou normas, mas envolvem processos complexos de planejamento, implementação e avaliação, com o objetivo de produzir resultados concretos e relevantes para a sociedade (Souza, 2006).

O ciclo de políticas públicas é um modelo fundamental para compreender como essas intervenções são elaboradas e executadas. De acordo com Secchi (2012) esse ciclo é composto por sete etapas interligadas: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Cada fase desempenha um papel crucial para garantir que as políticas sejam eficazes, justas e sustentáveis, permitindo ajustes e melhorias ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, o presente artigo visa abordar uma etapa específica do ciclo de políticas públicas: a avaliação. A avaliação é um processo sistemático e objetivo de análise dos resultados e impactos das políticas implementadas. O objetivo da avaliação é fornecer subsídios aos tomadores de decisão, auxiliando-os a decidir sobre a continuidade, a necessidade de ajustes ou até a interrupção de uma determinada política ou programa (Costa; Castanhar, 2003).

Dessa forma, este artigo propõe-se a responder à seguinte pergunta: como a literatura especializada tem abordado os conceitos e desafios da avaliação de políticas públicas? Para tanto, o objetivo identificar os principais conceitos e desafios apontados na literatura especializada sobre avaliação de políticas públicas no Brasil, com base em uma revisão bibliográfica da literatura especializada, considerando os limites teóricos, metodológicos e institucionais que impactam sua efetividade, na literatura nacional nas últimas décadas.

Este artigo está estruturado em cinco seções principais incluindo esta introdução. A segunda seção aborda a fundamentação conceitual necessária à compreensão da avaliação de políticas públicas, explorando os conceitos centrais, as principais tipologias e suas implicações para a prática avaliativa. A terceira seção aborda os aspectos metodológicos do estudo. Em seguida, a quarta seção se dedica à discussão dos desafios enfrentados no campo da avaliação, com ênfase nas dificuldades metodológicas, na fragmentação do processo avaliativo ao longo do ciclo das políticas e nas barreiras institucionais e políticas que limitam sua efetividade. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, nas quais são sistematizados os principais achados do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a avaliação de políticas públicas em sua complexidade, é necessário abordar inicialmente duas dimensões fundamentais que estruturam esse campo

de estudo. Em um primeiro momento, discute-se o campo específico da avaliação, apresentando seus conceitos centrais, funções e contribuições para o aprimoramento da ação estatal. Por fim, são exploradas as principais tipologias de avaliação, que ajudam a compreender os diferentes momentos, objetivos e enfoques adotados nos processos avaliativos.

2.1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A avaliação de políticas públicas constitui um campo de estudo multidisciplinar que tem recebido crescente atenção tanto na esfera acadêmica quanto na administração pública brasileira. Este campo evoluiu significativamente nas últimas décadas, incorporando novas metodologias e abordagens que permitem uma compreensão mais abrangente dos processos e resultados das intervenções governamentais (Cunha, 2018; Serapioni, 2016).

Ao analisar a literatura acerca da temática, encontram diversas definições sobre o conceito de avaliação de políticas públicas. Nesse sentido, não há uma única definição de avaliação, o conceito de avaliação é multifacetado e não há um consenso definitivo sobre seu significado, sendo possível encontrar definições distintas e até mesmo contraditórias, dependendo da abordagem teórica adotada (Ala-Harja; Helgason, 2000).

Arretche (2013) destaca que de certa forma toda avaliação implica, em algum grau, a formulação de um juízo de valor sobre uma política ou programa específico, o que envolve a atribuição de medidas de aprovação ou reprovação com base em determinados critérios normativos, muitas vezes fundamentados em concepções explícitas ou implícitas de justiça.

De acordo com Costa e Castanhar (2003) avaliação pode ser compreendida como um processo sistemático e direto voltado à análise de programas ou projetos, estejam eles em andamento ou concluídos, considerando aspectos como desempenho, implementação e resultados, com o propósito de verificar sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a pertinência de seus objetivos.

Segundo Cavalcanti (2006) de um modo geral, a avaliação é compreendida como um recurso essencial para aferir a viabilidade de programas e projetos, permitindo, quando necessário, o redirecionamento de seus objetivos ou até mesmo a reformulação de suas propostas e ações.

Nesse sentido, a avaliação é reconhecida como um instrumento relevante para o aprimoramento da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão estatal e do fortalecimento do controle social, especialmente quando os resultados das ações governamentais são devidamente divulgados e acessíveis à sociedade (Ramos; Schabbach, 2012).

A avaliação de políticas públicas como campo de conhecimento científico apresenta características distintivas que a diferem de outras formas de análise organizacional. Fronza e Nogueira (2015) destacam a importância de distinguir entre avaliação e análise de políticas públicas, argumentando que a primeira possui caráter valorativo enquanto a segunda mantém foco descritivo.

O campo da avaliação também se caracteriza pela multidisciplinaridade, incorporando contribuições da administração pública, ciência política, economia, sociologia e outras disciplinas (Trevisan; Van Bellen, 2008). Esta característica multidisciplinar, embora enriqueça as possibilidades analíticas, também gera desafios em termos de integração teórica e metodológica.

Diante da diversidade conceitual e metodológica acerca da avaliação de políticas públicas, torna-se fundamental compreender os diferentes tipos de avaliação existentes, uma vez que cada modalidade responde a objetivos específicos, momentos distintos do ciclo da política e a diferentes demandas de informação. A classificação dos tipos de avaliação contribui para organizar esse campo complexo, permitindo maior clareza sobre suas finalidades, usos e limitações, além de orientar a escolha de métodos e instrumentos adequados a cada contexto avaliativo. Assim, no próximo tópico, serão exploradas as principais tipologias de avaliação de políticas públicas, com vistas a aprofundar a compreensão sobre suas aplicações práticas e potencialidades analíticas.

2.2. TIPOS DE AVALIAÇÃO

A diversidade de enfoques e objetivos que caracterizam o campo da avaliação de políticas públicas reflete-se também na variedade de tipos de avaliação existentes. Cada tipo atende a finalidades específicas, vinculadas a diferentes momentos do ciclo da política pública, como formulação, implementação, monitoramento ou resultados. Embora a literatura especializada apresente uma ampla gama de classificações e denominações, este estudo se concentrará nos tipos de avaliação mais recorrentes e consolidados na produção acadêmica, por sua relevância teórica e aplicabilidade prática. A escolha por esse recorte busca oferecer uma visão clara e objetiva das principais abordagens utilizadas na avaliação de políticas públicas, sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades existentes.

A complexidade da avaliação de políticas públicas se reflete na diversidade de suas tipologias, que podem ser classificadas com base em diferentes critérios, como o momento da avaliação, a posição do avaliador, os objetivos específicos, o uso pretendido dos resultados dentre outros.

A primeira classificação amplamente destacada na literatura é com relação ao momento da avaliação. A avaliação pode ocorrer antes da implementação, *ex ante*, em momento posterior à implementação, *ex post*. Alguns autores citam outro momento, durante o processo de implementação, *in itinere* (Schroer; Reck, 2022; Secchi, 2013; Mario; Laisner; Granja, 2016)

Avaliação ex ante: A avaliação *ex ante* é realizada antes da implementação da política pública, durante sua fase de formulação e planejamento. O momento **ex ante** de uma política pública deve envolver a definição clara do problema, a identificação de suas causas e consequências, a formulação de objetivos e de uma teoria que justifique a intervenção, além do planejamento de programas, da organização da governança, da previsão de recursos e da definição de metas e indicadores para o monitoramento e a avaliação futura (Lassance, 2022).

Avaliação ex post: é realizada durante a execução ou após a conclusão de um programa, sendo a mais consolidada metodologicamente e amplamente utilizada. Quando

aplicada durante a implementação, permite analisar se o programa deve continuar e se é necessário manter ou ajustar sua formulação original. Após o término, serve para verificar se a experiência pode ser replicada, contribuindo para decisões futuras com base nos resultados obtidos (Ramos; Schabbach, 2012). A avaliação in itinere mais diretamente vinculada à ideia de monitoramento, ocorre durante a implementação e visa fazer ajustes mais imediatos (Mario; Laisner; Granja, 2016).

A avaliação pode ser classificada também de acordo com a posição do avaliador diante do objeto avaliado, sendo classificada de acordo com Cunha (2018) em avaliação externa, interna, mista e participativa.

Segundo Cunha (2018) a avaliação externa é conduzida por pessoas fora da instituição responsável pelo programa e tende a garantir maior objetividade e isenção, embora possa enfrentar dificuldades no acesso a informações e resistência por parte dos envolvidos. Já a avaliação interna ocorre dentro da própria instituição, favorecendo a reflexão e a aprendizagem institucional, mas com risco de perda de objetividade, dado o envolvimento direto dos avaliadores com o programa

Há ainda a avaliação mista, que busca integrar as vantagens dos modelos interno e externo por meio da colaboração entre avaliadores externos e membros da equipe do programa. Por fim, a avaliação participativa envolve os próprios beneficiários no planejamento, execução e avaliação, sendo mais comum em projetos de menor escala (Cunha, 2018).

Quanto à natureza, as avaliações podem ser classificadas como formativas e somativas. As formativas são realizadas durante a implementação do programa, com o objetivo de gerar informações que ajudem a corrigir procedimentos e aperfeiçoar a execução, sendo especialmente úteis para os envolvidos diretamente na gestão. Já as somativas ocorrem em estágios mais avançados ou após a conclusão, com foco na verificação da efetividade e na avaliação do valor geral da intervenção (Cunha, 2018).

Além disso, é possível distinguir dois enfoques de avaliação a partir dos tipos de problemas ou das questões que se propõem a responder (Cohen e Franco, 2004; Cotta, 1998 apud Cunha, 2018): A avaliação de processos, que ocorre durante a implementação e está voltada à gestão do programa, identificando dificuldades operacionais e promovendo ajustes para melhorar a eficiência. Já a avaliação de resultados ou impactos busca verificar se o programa atingiu seus objetivos e quais efeitos produziu sobre a situação-problema (Cunha, 2018).

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza descritiva, que tem como finalidade aprofundar a compreensão sobre os conceitos, desafios e contribuições da avaliação de políticas públicas no Brasil. A metodologia foi baseada em uma revisão de literatura, que buscou a partir de alguns autores, identificar parte do conhecimento já produzido sobre o tema.

Os dados foram coletados a partir de fontes secundárias, como livros clássicos sobre políticas públicas, artigos científicos e teses de doutorado, disponíveis em bases de dados como Scielo, Google Scholar e Portal de Periódicos da CAPES. Foram utilizadas palavras-chave como “avaliação de políticas públicas” e “gestão pública” para refinar a busca e selecionar os trabalhos mais relevantes para a análise.

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

A análise das informações foi realizada de forma qualitativa, com foco na identificação de temas recorrentes, lacunas conceituais e consensos teóricos presentes na literatura. A revisão narrativa permitiu a construção de um panorama amplo sobre o campo da avaliação no Brasil, servindo de base para as discussões apresentadas nas seções seguintes.

A revisão narrativa permitiu identificar debates conceituais e desafios recorrentes, sem pretensão de exaustividade. A escolha por esse método se justifica pela necessidade de oferecer panorama amplo e interpretativo. Reconhece-se como limitação a ausência de critérios sistemáticos de seleção e análise, o que restringe a generalização dos achados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A avaliação de políticas públicas, embora cada vez mais valorizada nos discursos sobre gestão eficiente, enfrenta diversos entraves que comprometem sua efetividade e utilidade prática. Esses desafios não se restringem a aspectos técnicos ou operacionais, mas perpassam questões metodológicas, institucionais, políticas e culturais, exigindo uma abordagem crítica.

Ao analisar os obstáculos enfrentados na avaliação, é possível compreender por que, apesar de sua importância teórica, ela ainda encontra dificuldades para se consolidar como prática regular e estratégica no setor público brasileiro. Nesse sentido, o presente estudo destaca três desafios observados na literatura: os desafios metodológicos, que dizem respeito às dificuldades técnicas na definição de critérios, indicadores e modelos de avaliação; os desafios de integração e abrangência, que envolvem a limitação da avaliação a momentos pontuais do ciclo das políticas; e os desafios institucionais e políticos, relacionados à ausência de uma cultura avaliativa consolidada e à resistência de atores governamentais em incorporar os resultados da avaliação à gestão pública. A seguir, cada um desses aspectos será detalhado, com base na literatura especializada.

4.1 DESAFIOS METODOLÓGICOS

No plano metodológico, a avaliação enfrenta obstáculos relacionados à definição de critérios, indicadores e métodos adequados para aferir a efetividade das políticas. Costa e Castanhar (2003) salientam que a diversidade de objetivos, contextos e tipos de políticas dificulta a aplicação de modelos padronizados, exigindo adaptações metodológicas frequentes e, muitas vezes, complexas.

Um dos desafios mais recorrentes refere-se à construção de indicadores que sejam ao mesmo tempo mensuráveis e relevantes para o objeto avaliado. A dificuldade em quantificar impactos sociais, especialmente em políticas voltadas a grupos vulneráveis ou a direitos difusos, limita a capacidade de gerar dados objetivos e comparáveis (Cavalcanti, 2006). Soma-se a isso a limitação do uso exclusivo de métodos quantitativos, muitas vezes insuficientes para captar dinâmicas qualitativas relevantes.

A escolha entre avaliações ex ante, ex post, internas, externas ou participativas também impõe dilemas metodológicos importantes. Cada abordagem apresenta vantagens e limitações específicas, que devem ser cuidadosamente ponderadas de acordo com os objetivos da avaliação, o momento do ciclo da política e os recursos disponíveis (Cunha, 2018).

Adicionalmente, há uma dificuldade recorrente na utilização dos resultados da avaliação para retroalimentar o processo de formulação e gestão das políticas. Em muitos casos, os relatórios avaliativos não são acessíveis ou inteligíveis para os gestores e tomadores de decisão, o que limita sua utilidade prática. A falta de articulação entre os responsáveis pela execução das políticas e os profissionais envolvidos na avaliação também dificulta a incorporação de recomendações e aprendizados.

Portanto, os desafios metodológicos da avaliação de políticas públicas exigem não apenas maior sofisticação técnica, mas também uma postura reflexiva e crítica sobre os próprios limites das ferramentas avaliativas. É necessário reconhecer que não existe um modelo único de avaliação aplicável a todos os contextos, sendo imprescindível o desenvolvimento de estratégias metodológicas sensíveis às especificidades políticas, sociais e institucionais de cada intervenção.

4.2 DESAFIOS DE INTEGRAÇÃO E ABRANGÊNCIA DO PROCESSO AVALIATIVO

De acordo com Secchi (2012) o ciclo de políticas públicas é composto por sete etapas interligadas: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. No entanto, Laisner e Mario (2014) alertam que esse modelo é mais uma referência didática do que uma representação fiel da realidade. Ou seja, cada etapa pode ser influenciada por diversos atores, interesses e contextos, tornando o processo dinâmico e complexo.

Nesse sentido, a avaliação de políticas públicas não deve ser entendida como uma etapa isolada ou final do ciclo, mas sim como um processo contínuo que permeia todas as fases da política, desde sua formulação até o monitoramento e revisão dos resultados. Segundo Laisner e Mario (2014, p. 620), “a avaliação não é um elemento que deva vir somente ao final do ciclo das políticas, mas deve ser pensado como um elemento que deve aparecer em todo este ciclo”. Essa perspectiva é essencial para garantir que a avaliação seja um instrumento estratégico de gestão, capaz de orientar correções de rumo e aprimoramentos ao longo da execução da política.

Apesar da importância reconhecida da avaliação integrada, na prática, ainda predomina uma visão fragmentada. Almeida e Paula (2014) destacam que, após a reforma gerencialista do Estado brasileiro, a avaliação passou a ser tratada como instrumento de controle de metas, muitas vezes restrita ao acompanhamento de resultados quantitativos e à justificativa da alocação de recursos públicos. Tal abordagem prioriza a eficiência e a eficácia em detrimento de análises mais profundas sobre o impacto social e político das políticas.

A fragmentação do processo avaliativo reflete uma visão reducionista da avaliação, que a limita à aferição de resultados quantitativos e ao controle burocrático. Como aponta Carvalho (2011, apud Laisner; Mario, 2014, p.623) essa abordagem transforma os indicadores em “cartões de apresentação de excelência técnica”, mas pouco contribuem para o controle social e a participação dos cidadãos.

A avaliação, nesse sentido, deixa de ser um instrumento de transformação social e passa a servir apenas à prestação de contas formal, sem impacto real na qualidade de vida dos beneficiários. A superação desse modelo exige a adoção de uma perspectiva

processual, em que a avaliação acompanhe todo o ciclo da política, desde o planejamento até a execução e revisão. Essa abordagem, defendida por Silva (2008), exige o uso de métodos científicos e a articulação entre diferentes atores, incluindo gestores, técnicos e sociedade civil.

Nesse sentido, a integração da avaliação em todo o ciclo das políticas públicas é fundamental para garantir a efetividade, a transparência e o controle social das ações governamentais. No entanto, a superação da visão fragmentada e burocrática da avaliação exige mudanças culturais, institucionais e metodológicas, que valorizem a análise contextualizada, a participação social e a busca por resultados que realmente impactem a vida das pessoas. Como destacam Carvalho e Paula (2014), uma avaliação em profundidade possibilita compreender as causas do sucesso ou fracasso de uma política pública, além de identificar os fatores que contribuíram para que seus resultados seguissem trajetórias diferentes daquelas previstas em sua formulação e planejamento. A crítica central é que, sem essa integração, a avaliação corre o risco de se tornar mero instrumento de legitimação de decisões já tomadas, sem contribuir efetivamente para a melhoria das políticas públicas e para o aprofundamento da democracia.

4.3 DESAFIOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICOS

A avaliação de políticas públicas enfrenta desafios que vão além dos aspectos conceituais e metodológicos, abrangendo também entraves institucionais que comprometem sua realização e utilização efetiva. Um dos principais obstáculos é a ausência de uma cultura de avaliação institucionalizada nos órgãos públicos. Em grande parte das administrações, a avaliação ainda é percebida como um procedimento eventual, muitas vezes associado à prestação de contas para financiadores externos ou a exigências formais, e não como uma prática rotineira de gestão voltada ao aprimoramento contínuo das políticas (Ramos; Schabbach, 2012). Sem uma cultura institucional que valorize a geração e o uso de evidências, os resultados das avaliações tendem a ser ignorados ou subutilizados nos processos decisórios.

Além disso, os processos avaliativos são frequentemente percebidos pelos gestores como mecanismos de controle ou de responsabilização política, o que pode gerar resistência à sua implementação ou à divulgação de seus resultados. A instrumentalização política da avaliação, bem como a falta de autonomia dos avaliadores, compromete a credibilidade dos processos e limita a utilidade dos dados produzidos.

Além desses pontos, quando se trata de avaliações conduzidas pelas próprias equipes responsáveis pela execução de políticas públicas, essas tendem a ser pouco confiáveis e isentas, já que esses atores possuem incentivos institucionais e pessoais para ressaltar os aspectos positivos e minimizar as falhas dos programas. Essa tendência decorre de fatores como o desejo de preservar empregos e ampliar recursos e influência burocrática, o que compromete o valor avaliativo dessas análises, embora elas ainda possam fornecer subsídios relevantes para estudos de eficácia (Arretche, 2013).

A descontinuidade administrativa, a fragmentação entre os níveis de governo e a alta rotatividade de agentes públicos também constituem obstáculos relevantes, dificultando a consolidação de políticas avaliativas sustentáveis e o acúmulo de conhecimento institucional (Estevam, 2010). Esses fatores contribuem para um cenário

em que a avaliação é fragilizada como instrumento de aprendizagem organizacional, inovação e accountability democrática.

Por fim, a avaliação de políticas públicas deve ser compreendida como instrumento essencial para a aprendizagem organizacional e o aprimoramento da gestão pública, promovendo maior transparência e accountability. O uso sistemático dos resultados das avaliações contribui para o aperfeiçoamento contínuo das políticas e para a efetiva prestação de contas à sociedade. De acordo com Arretche (2013) a avaliação torna-se nesse sentido um importante instrumento democrático de controle social sobre a eficiência dos governos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de políticas públicas, revela-se em um campo teórico e metodologicamente denso, atravessado por desafios conceituais, técnicos, institucionais e políticos. Este artigo, ao revisar a literatura especializada, buscou compreender como os conceitos e desafios da avaliação têm sido discutidos no Brasil, respondendo à questão norteadora proposta e cumprindo o objetivo traçado.

Inicialmente, foi possível perceber que a avaliação de políticas públicas é uma prática multifacetada, com definições diversas que refletem diferentes tradições teóricas e finalidades analíticas. Embora não haja um consenso único sobre seu conceito, a literatura aponta para a centralidade da avaliação como processo sistemático e valorativo que subsidia decisões e promove o aperfeiçoamento das políticas.

Em seguida, a análise dos principais tipos de avaliação permitiu reconhecer a riqueza e complexidade das abordagens existentes, destacando a importância de sua adequada escolha conforme o momento da política, os objetivos pretendidos e os atores envolvidos. Tal diversidade, ao mesmo tempo que amplia o potencial analítico da avaliação, exige atenção metodológica e capacidade crítica para evitar abordagens reducionistas ou instrumentalizadas.

Por fim, a discussão sobre os desafios da avaliação revelou entraves que ainda limitam sua consolidação como prática estratégica na administração pública brasileira. Destacam-se as dificuldades metodológicas na definição de critérios e indicadores adequados, a fragmentação e a descontinuidade do processo avaliativo ao longo do ciclo das políticas, e os obstáculos institucionais e políticos, como a falta de cultura avaliativa e a resistência dos gestores.

A partir desta análise, observa-se que a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo, participativo e orientado à melhoria das políticas públicas e ao aprofundamento da democracia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5, 2000.

ALMEIDA, Bruna Carvalho; PAULA, Sílvio Luís de. O papel da avaliação de políticas públicas no contexto dos governos locais. **Planejamento e políticas públicas**, n. 42, 2014.

ARRETCHE, Marta TS. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 1, n. 1, p. 126-133, 2013.

CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual. **Interfaces de Saberes**, v. 6, n. 1, p. 1-13, 2006.

COSTA, Frederico Lustosa Da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969 a 992-969 a 992, 2003.

CUNHA, Carla Giane Soares Da. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, n. 12, 2018.

ESTEVAM, Dimas De Oliveira. A contínua descontinuidade administrativa e de políticas públicas. **Anais Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 2, n. 2, 2010.

FRONZA, Claudia Sombrio; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. A avaliação e a análise de políticas públicas: uma distinção necessária. **Argumentum**, v. 7, n. 2, p. 103-116, 2015.

LASSANCE, Antonio. **Análise ex ante de políticas públicas: Fundamentos teórico-conceituais e orientações metodológicas para a sua aplicação prática**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2022.

LAISNER, Regina Claudia; MARIO, Camila Gonçalves de. Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e de controle social. **Revista de Políticas Públicas**, v. 18, n. 2, p. 619-630, 2014.

MARIO, Camila Gonçalves de; LAISNER, Regina Claudia; GRANJA, Regina Helena. Avaliação de Políticas Sociais e Participação Popular: uma abordagem política. **O Social em questão**, v. 19, n. 36, p. 39-64, 2016.

14ª Edição 2025 | 23, 24 e 25 de outubro
Salvador, Bahia (Região Nordeste)

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Leticia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de administração pública**, v. 46, p. 1271-1294, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SCHROER, Joice; RECK, Janriê. Diferenças Jurídicas entre a Formulação e a Implementação da Política Pública de Saúde. **Direito Público**, v. 19, n. 103, 2022.

SERAPIONI, Mauro. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 31, p. 59-80, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. 1. ed. São Paulo: Veras, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas**". São Paulo: Fundação Luíz Eduardo Magalhães, 2002.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 529-550, 2008.